

“Estabilidade não. Isso é justa causa”

O texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral, aprovado pela Comissão de Sistematização, no que concerne à estabilidade no emprego, é o pior possível. “Qualquer emenda vai melhorar esse texto, que, na verdade, não consagra a estabilidade, como se pensa, mas o odioso instituto da justa causa, que facilita as demissões imotivadas, até porque a Justiça brasileira é lerda”, comentou ontem o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, em entrevista ao programa “Brasil em Debate”, da Rádio Eldorado.

Numa entrevista dada ao apresentador do programa e editorialista do *Jornal da Tarde*, José Márcio Mendonça, e ao editor de Política de *O Estado de S. Paulo*, José Nêumanne Pinto, Medeiros chegou a dizer que “a Constituição dos militares garantiu muito mais direitos aos trabalhadores do que esse texto que está passando aí pela Comissão de Sistematização da Constituinte”. Na entrevista, feita ao vivo, das 9 às 10 horas, no programa semanal da Rádio Eldorado, o líder operário manifestou-se pela primeira vez sobre a possibilidade de convocação de eleições em 1988. “A eleição para presidente me parece inevitável, devido à situação. Mas acho que o Congresso deve ser renovado também, assim que cumpra seu dever de preparar a Constituição. Só

tenho dúvidas sobre a eleição para governador, pois eles foram eleitos para cumprir mandatos prefixados de quatro anos”, comentou Medeiros.

VOTO DE ALBANO

O presidente do maior sindicato operário da América Latina, que chegou à Rádio Eldorado entusiasmadíssimo com a participação dos operários da Villares numa assembleia presidida por ele nas primeiras horas da manhã de ontem, disse também ser contra o monopólio da distribuição de derivados de petróleo, tal como foi estabelecido pela Comissão de Sistematização da Constituinte. “Ora, eu sou a favor dos resultados, da eficiência. Isso quer dizer que sou a favor da concorrência e contra qualquer monopólio.” A votação do monopólio na Constituinte serviu para Luiz Antônio Medeiros fazer severas críticas ao presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, que votou pelo monopólio e depois explicou que se havia enganado.

“Imagine que nós temos de negociar com gente desse nível. Como é possível negociar com um cara que não sabe nem votar?”, perguntou o líder metalúrgico. Mas ressaltou que nem todos os negociadores pelo lado empresarial têm o mesmo nível do presidente do CNI. “Felizmente, é



possível negociar com lideranças empresariais que estão mais preparadas do que o sr. Albano Franco.”

Quando lhe foi perguntado sobre a atitude da Autolatina, que resolveu recorrer à Justiça para fazer cumprir um acordo de preços feito com o Ministério da Fazenda, Luiz Antônio Medeiros foi enfático: “Veja, quando fazemos um acordo com o patrão e ele não o cumpre, nós fazemos logo greve. E essa é a greve mais gostosa que tem de fazer. E também recorremos à Justiça. Então, acho que a Autolatina está coberta de razão. E eu acho um absurdo que metade do preço de um automóvel seja de impostos”.

MÃOS DO BOLSO

“Governantes, pelo amor de Deus, tirem suas mãos de nossos bolsos.” Ao responder a uma pergunta de uma ouvinte de Osasco sobre aposentadorias, o líder sindical operário lembrou que a Previdência Social fica com 26% do salário do trabalhador para financiar absurdos como a campanha publicitária que o ministério financiou, logo depois da saída de Raphael de Almeida Magalhães. “Sou contra esta estatização louca, porque o povo não controla nada e termina financiando um bando de pica-petras, que se candidatam a governos de estado e a prefeituras, como é o caso do último ministro que saiu de

lá. Quem é realmente progressista deve se preocupar é com isso e não em ficar tachando as pessoas que se opõem a tal estado de coisas como se fosse todo mundo gente da direita reacionária. Eles fazem isso e ninguém vai preso”, disse.

PACTO

A uma pergunta a respeito de um possível pacto entre empregados e empregadores contra a interferência estatal, Medeiros respondeu que as relações estão amadurecendo, “mas não é bom precipitar”. De qualquer maneira, ele definiu a política econômica do governo Sarney como “desastrosa” para o trabalhador e considerou um ponto positivo que os empresários não tenham seguido a orientação dada pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que pediu que ninguém desse mais de 10% de aumento real. A respeito da desmobilização dos trabalhadores brasileiros no momento, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo disse que sua principal causa é a descensão: “Estamos vivendo o maior arrocho salarial da História deste país e a classe trabalhadora não acredita mais nos de cima, principalmente por causa da corrupção, do clientelismo. Os trabalhadores não acreditam mais nem em suas próprias lideranças. Sabem que uma derrota atrás da outra não é um bom negócio. É preciso ganhar às vezes”.

Albano avisa que não renuncia

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O senador Albano Franco disse ontem ao presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, em contato no início da tarde, que não pretende renunciar à presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou mesmo licenciar-se do cargo por causa de seu equívoco na votação da emenda,

na Comissão de Sistematização da Constituinte, sobre a distribuição de combustíveis. Aos repórteres que o procuraram na sede na CNI, no Rio, ele afirmou, em tom de brincadeira, que estava “bem de saúde e, portanto, não tinha razões para licenciar-se”. Informou ainda que recebeu manifestações de apoio por parte de todas as federações de indústrias, com exceção da Fiesp, mas que o vice-presidente da entidade paulista, Ju-

lio Capobiano, também declarou sua solidariedade, assim com o presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes.

Ontem mesmo, o senador Albano Franco esteve com presidentes e diretores de algumas companhias de distribuição de petróleo para explicar-lhes o equívoco do voto favorável à emenda que veta a atividade às empresas com maioria de capital estrangeiro.

“Constituição pode virar letra morta”

“A futura Constituição corre o risco de ser letra morta”, disse ontem o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), empresário Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Ele é coordenador da comissão designada pela presidência da entidade para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Carlos Eduardo explicou que o texto que está sendo aprovado pela Comissão de Sistematização “não representa o desejo do povo. Há uma série de coisas que interferem na iniciativa privada”. Ele citou a estabilidade no emprego e a recente aprovação do monopólio nacional da distribuição de derivados de petróleo.

O empresário esclareceu, porém, que está “otimista, esperando que muita coisa seja modificada durante a votação final, em plenário”. Carlos Eduardo afirmou ainda que esse é o pensamento da classe empresarial. Por isso, a partir de iniciativa da Fiesp, formou-se a Frente Nacional da Livre Iniciativa. “Antes alguns setores atuavam isoladamente junto à Assembleia Constituinte. Eram pequenos lobbies desordenados. Agora, o que existe é um grande lobby, fornecendo infra-estrutura para os congressistas”, acrescentou.

Esso pede apoio contra monopólio

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Esso, William Arthur Jackson, enviou ontem carta a todos os 3.300 revendedores filiados à companhia, na qual agradece as manifestações de apoio que vem recebendo, e reafirma o pensamento contrário ao monopólio no setor de distribuição de combustíveis. Cópias da carta foram endereçadas também a todas as principais associações e federações de revendedores, cujos presidentes vêm se manifestando contrários à emenda aprovada na Comissão de Sistematização.

Na carta, o presidente da Esso afirma aos revendedores que foi surpreendido pela aprovação da emen-

da introduzida na Comissão de Sistematização que, a seu ver, se for aprovada pelo plenário da Constituinte, vai significar a extensão do monopólio estatal à distribuição de derivados de petróleo. Segundo argumentou, este não é o melhor caminho para o País. Por isto, William Arthur Jackson aproveitou para ressaltar que cabe aos revendedores mostrar aos membros da Constituinte por que acreditam que o projeto do monopólio deve ser eliminado. “Isto não significa interferir na soberania nacional, mas trata-se de um processo de esclarecimento de todos os aspectos ligados à distribuição, mostrando a real contribuição de nossa empresa para que possamos continuá-la”, afirmou.

Mostrando-se preocupado com

os destinos da Esso, o presidente da empresa lembrou os 75 anos de trabalho por ela realizados no País, durante os quais a “Esso e seus revendedores não mediram esforços para fazer com que a distribuição de derivados de petróleo e álcool no Brasil se constituísse em um eficiente serviço colocado à disposição do público consumidor.” Ressaltou que o apoio que vem recebendo de todos os segmentos da sociedade brasileira estimula a empresa a prosseguir os seus esforços. Finalizando, William Arthur Jackson lembrou que à medida que a empresa desenvolve um programa para evitar a aprovação da emenda no plenário da Constituinte, espera contar com o apoio dos revendedores para, juntos, conseguirem vencer mais esta luta.



Alencar Monteiro

Constituintes comemoram vitória da aposentadoria

Homem aposenta-se aos 30, se quiser

BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização aprovou ontem à tarde, duas emendas no artigo 230 garantindo que o homem, facultativamente poderá aposentar-se aos 30 anos de trabalho, recebendo uma aposentadoria proporcional, e as mulheres aos 25 anos. De manhã, havia sido mantido o texto do relator, fixando as aposentadorias do homem em 35 anos e da mulher aos 30 anos de trabalho.

A medida, aprovada em duas votações separadas, com base nas emendas do deputado Francisco Rossi (PTB-SP) — com 71 votos contra dois e duas abstenções, garantindo a aposentadoria parcial para o homem — e do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — com 73 votos contra um e uma abstenção, o mesmo direito à mulher — garante que homem e mulher antecipem de cinco anos a sua aposentadoria, passando a receber com proventos baseados na contribuições que eles tenham feito para a Previdência durante o período de atividade.

De manhã, a luta pela aposentadoria aos 25 anos — preceito genérico e não limitado ao funcionalismo público — levou às galerias 280 mulheres que representavam entidades ligadas à CGT de 17 estados da Federação. A emenda foi derrotada por 50 votos contra 37 e duas abstenções. Os discursos do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) e do sub-relator Almir Gabriel, condenaram privilégios, insistindo em que políticas paternalistas, sobretudo na área previdenciária, certamente levariam à inviabilização da Previdência Social e ao bloqueio de um projeto de modernização do País, do qual a nova Constituição deve ser o principal instrumento.

Pouco antes da rejeição da emenda Azize, por 49 contra 36 e seis abstenções, foi aprovada a emenda

do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), alterando o caput do Artigo 230 e dando-lhe a seguinte redação: “E assegurada aposentadoria com salário integral, garantido o reajuste para a preservação, em caráter permanente, de seu valor real”. Com a aprovação dessa emenda foi suprimida do texto do artigo uma condição restritiva aos direitos do aposentado: a regularidade dos reajustes salariais dos últimos 36 meses, de acordo com os índices oficiais.

A terceira votação da tarde, da emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), alterou o substitutivo do relator Bernardo Cabral para fixar diferenças de idade máxima para aposentadoria para o homem e a mulher. Pelo texto de Cabral, a aposentadoria se daria aos 65 anos de idade para ambos os sexos. A emenda de Faria de Sá, aprovada por 70 votos contra 11, com uma abstenção, limitou a idade em 65 anos para homem e em 60 para as mulheres.

Foi aprovado, ainda, um destaque do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), aditivo ao substitutivo, dispondo que se aplica também aos trabalhadores autônomos, aos desempregados e aos empregadores o previsto no Artigo 230 (garantia de aposentadoria aos 35 e 30 anos), com base no valor do salário de contribuição. A emenda obteve 59 votos favoráveis, teve 18 votos contrários, enquanto 11 constituintes se abstiveram.

Não obtiveram êxito emendas do deputado Jofran Frejat (PFL-DF), que pretendia aposentadoria especial para os servidores do setor de saúde (30 para os homens e 25 para as mulheres, como os professores e professoras) e do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), que pretendia a execução da assistência médica, no todo ou em parte, aos sindicatos por entidades públicas encarregadas dos serviços de saúde.